

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.792 - DF (2018/0229019-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : PEDRO DA SILVA VIANA  
**ADVOGADO** : DIEGO DOROTHEU MAGALHÃES MARTINS - DF024943  
**AGRAVADO** : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
**ADVOGADO** : ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO - DF018116  
**AGRAVADO** : C V COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA  
**OUTRO NOME** : SOBRAUTO AUTOMÓVEIS  
**ADVOGADO** : ERNANI DA SILVA CARLOS - DF023010

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO OCULTO. RESCISÃO CONTRATUAL. PRAZO DECADENCIAL. OCORRÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PEDRO DA SILVA VIANA contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado:

*CONSUMIDOR. RESCISÃO CONTRATUAL. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO. VÍCIO OCULTO. ALTERAÇÃO DE CHASSI. DECADÊNCIA. PRODUTOS DURÁVEIS. CIÊNCIA. PREJUDICIAL ACOLHIDA. SENTENÇA REFORMADA.*

*1. Nos termos do art. 26, § 3º, do CDC, tratando-se de vício oculto encontrado em produto durável, o consumidor poderá requerer a rescisão contratual no prazo de noventa dias da data em que evidenciado o defeito.*

*2. Acolhe-se a prejudicial de decadência por verificar que o autor obteve ciência de que adquiriu o veículo com chassi adulterado aos 15/1/2014, em vistoria realizada pelo DETRAN/DF, e propôs a ação requerendo a rescisão do contrato de compra e venda somente aos 11/9/2014, após o transcurso do prazo decadencial de 90 (noventa) dias.*

*3. Recurso da ré Sobrauto Automóveis Ltda provido.*

*Prejudicada a apelação da ré BV Financeira S/A Crédito*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Financiamento e Investimento.*(e-STJ fl. 402)

Os embargos de declaração foram rejeitados. (e-STJ fls. 437)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos artigos 178, II, do Código Civil, 1º, 7º, 26 e 47 do Código de Defesa do Consumidor, sustentando a inaplicabilidade do prazo decadencial, ao argumento de que a pretensão de rescisão contratual tem natureza indenizatória, pois busca a indenização pelos danos causados pelo defeito do produto. Defende a aplicação do prazo prescricional do código de defesa do consumidor.

Ausentes as contrarrazões ao recurso especial, sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 476/477 e-STJ, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

A questão controvertida cinge-se quanto à aplicação do prazo decadencial à hipótese dos autos.

O Tribunal de origem, no julgamento da apelação interposta pelo ora agravado, acolheu a prejudicial de decadência suscitada e julgou extinto o feito, manifestando-se nos seguinte termos:

*Acerca do prazo decadencial, eis o que dispõe o artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor:*

*"Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*

*I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;*

*II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*

*§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.*

*§ 2º Obstat a decadência:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;*

*II - (Vetado).*

*III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.*

*§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito".*

*Nos termos, pois, da norma em destaque, tratando-se de vício oculto encontrado em produto durável, o consumidor deverá requerer a reparação do bem ou a rescisão contratual no prazo de noventa dias da data em que evidenciado o defeito.*

*Na situação concreta, o autor requer a rescisão do contrato de compra e venda do veículo descrito na inicial, entabulado entre as partes em dezembro de 2012 (fl. 25v).*

*Embasa o pedido de rescisão contratual na existência de vício oculto (chassi adulterado) constatado pelo autor, pelo que se extrai dos autos, aos 15/1/2014, quando o bem foi submetido à vistoria pelo DETRAN/DF para transferência (fls. 26 e 28).*

*Contudo, a presente ação foi proposta aos 11/9/2014, após o transcurso do prazo decadencial de 90 (noventa) dias constante do art. 26 do CDC.*

*É válido acentuar que inexistente, nos autos, qualquer notícia de que o consumidor tenha realizado reclamação junto ao fornecedor de serviços a obstar o curso do prazo decadencial. (e-STJ fls. 408/409)*

Com efeito, a turma julgadora, ao apreciar a questão em sede de embargos de declaração, afirmou que:

*No tocante à incidência do prazo prescricional disposto no art. 27 do CDC[i], ponto, aliás, não abordado anteriormente pelo ora embargante, torna-se imperioso registrar que tal dispositivo legal é aplicável nas situações em que se busca a responsabilidade do fornecedor por fato do produto ou do serviço, situação distinta da narrada nos presentes autos.*

*A matéria submetida à apreciação por este órgão colegiado se restringiu à rescisão do contrato havido entre as partes, em virtude da existência de vício oculto no veículo adquirido pelo autor/embargante, sendo perfeitamente aplicável o prazo decadencial constante do art. 26 do CDC[ii], exatamente conforme expendido no voto condutor do acórdão que ora se impugna. (e-STJ fl. 441)*

Desse modo, desconstituir as premissas fáticas estabelecidas pelo Tribunal

# *Superior Tribunal de Justiça*

estadual, demandaria o vedado revolvimento do substrato fático-probatório constante do processo, a teor a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. USUFRUTO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. MÁ-FÉ. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. DECADÊNCIA. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM ENTENDIMENTO FIRMADO DO STJ. SÚMULA 83 DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. [...]

2. *As conclusões do acórdão recorrido sobre a ocorrência do prazo decadencial, não podem ser revistas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.*

3. *Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 1431928/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 25/06/2019)**

Quanto ao dissídio jurisprudencial, inviável se mostra o seu conhecimento, uma vez que o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CONCURSO ESPECIAL. PREFERÊNCIA. PENHORA. SUB-ROGAÇÃO. EXISTÊNCIA. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA C. APLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. (...)

2. *Segundo a pacífica orientação jurisprudencial desta Corte Superior, o óbice da Súmula 7/STJ impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.*

3. *Agravo a que se nega provimento.*

**(AgRg no AREsp 539292/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 16/03/2015, grifou-se)**

Ainda que superado o referido óbice, no recurso especial, o recorrente não impugnou o fundamento de que a demanda se restringiu à rescisão

# *Superior Tribunal de Justiça*

contratual, sendo que a matéria relativa a responsabilização do fornecedor por fato do produto não foi narrada nos autos. Dessa maneira, ao assim proceder, atraiu ao ponto o óbice sumular nº. 283 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. 2. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DA LINDB. INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. 4. PRETENSÃO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. 5. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS EM AGRAVO INTERNO, INCABÍVEL. 6. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo nobre, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. [...] 6. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no AREsp 1128839/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2018, DJe 05/10/2018)**

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, observada a suspensão da sua exigibilidade em virtude da concessão da assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator

